



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
PENELA



ATA Nº. 229

Aos vinte e seis dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, pelas quinze horas, reuniu no Salão Nobre Engenheiro Coelho e Silva, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Penela.-----

Presidiu à mesma o senhor Presidente da Assembleia Municipal, António Manuel Mendes Lopes, sendo secretariado por Olga Sofia Antunes da Silva (1ª. Secretária), e Maria de Fátima Antunes Coimbra Pereira (2ª. Secretária).-----

Presenças: Estiveram presentes os senhores deputados da Assembleia Municipal, António Manuel Mendes Lopes, Olga Sofia Antunes da Silva, Alfredo Manuel Mendes Simões, Alberto José Augusto, João da Paz Pires, Maria de Fátima Antunes Coimbra Pereira, Paulo Alexandre dos Santos Matias, Pedro Miguel Ramos Mendes, Marta Sofia Coelho Ramos, Fábio Ferreira Mendes, Celso Rafael Clara Mendes, Manuel Filipe Mendes, Rosália Vicência Fonseca Pedro e os Presidentes de Junta de Freguesia do Espinhal, de Podentes e da Cumieira, respetivamente: Luís Oliveira Henriques Dias, Anabela Cristina Pereira dos Santos, Pedro Jorge Fernandes Alves.-----

Faltas: Faltou o deputado Mário José Rodrigues Simões, que foi substituído pela deputada Marta Sofia Coelho Ramos, a deputada Maria Carolina Rasteiro Rodrigues Marmé que foi substituída pelo deputado Celso Rafael Clara Mendes, a deputada Isa Mara Almeida Filipe que foi substituída pelo deputado Fábio Ferreira Mendes, o deputado Mário António Mendes Calado que foi substituído pelo deputado Manuel Filipe Mendes, o deputado Hugo André Rodrigues que foi substituído pela deputada Rosália Vicência Fonseca Pedro, o deputado Paulo António da Silva Roxo e a deputada Ana Rita Mendes Saldanha que não foram substituídos e a Presidente da União de Freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal, Maria do Nascimento Rasteiro Marmé.-----

Participação dos membros da Câmara: A Câmara Municipal fez-se representar por Eduardo Jorge Mendes Nogueira dos Santos, Presidente da Câmara, pela Vereadora Edite Mendes Simões, pelo Vereador Luís Manuel Balão Fernandes e pela Vereadora Rita Margarida Domingues Luís.-----

Abertura da Sessão: Verificando-se a existência de quórum o Presidente da Assembleia Municipal, António Manuel Mendes Lopes, fez a abertura da sessão começando por cumprimentar o Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Jorge Mendes Nogueira dos Santos, o Vereador Luís Manuel Balão, a Vereadora Edite Mendes Simões, a Vereadora Rita Margarida Domingues Luís, os Deputados Municipais, demais presentes e a quem está a assistir via online.-----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

O Presidente da Assembleia, António Manuel Mendes Lopes, com a concordância dos grupos parlamentares, e antes de iniciar os trabalhos, apresentou dois votos de pesar que a seguir se transcrevem:-----

“Voto de Pesar pelo Falecimento de Sua Santidade, o Papa Francisco-----

Por proposta do Presidente da Assembleia Municipal de Penela, esta Assembleia, reunida em sessão ordinária no dia 26 de abril de 2025, manifesta, com profundo pesar, o seu mais sincero voto de condolências pelo falecimento de Sua Santidade, o Papa Francisco, ocorrido no dia 21 de abril do corrente ano, aos 88 anos de idade.-----

Líder máximo da Igreja Católica, o Papa Francisco ficará eternizado como uma figura ímpar na história contemporânea. O seu pontificado foi marcado por um incansável apelo à paz, à justiça social, à fraternidade entre os povos e à proteção dos mais vulneráveis. Com humildade, sabedoria e coragem, foi um exemplo vivo de fé, diálogo e serviço ao próximo.-----

Neste momento de dor e luto, a Assembleia Municipal expressa a sua solidariedade à comunidade católica, ao Estado do Vaticano e a todos os fiéis que, ao redor do mundo, sentem a perda de um pastor dedicado e de um homem de valores maiores e universais.-----

Em sinal de respeito e homenagem à memória do Papa Francisco, será observado um minuto de silêncio nesta sessão.-----



Delibera-se, ainda, que este voto de pesar seja devidamente transmitido à Diocese de Coimbra, solicitando-se, se assim o entender, que o faça chegar também a todas as instituições religiosas que considere oportuno o seu conhecimento. -----

Que a sua memória e o seu legado inspirem gerações futuras na construção de um mundo mais justo, fraterno e humano. -----

Que descanse em paz. -----

Penela, 26 de abril de 2025 -----

O Presidente da Assembleia Municipal -----

António Manuel Mendes Lopes” -----

“Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor Ricardo Freire dos Reis -----

Por proposta do Presidente da Assembleia Municipal de Penela, esta Assembleia, reunida em sessão ordinária no dia 26 de abril de 2025, manifesta, com profundo pesar, o seu mais sincero voto de condolências pelo falecimento do Senhor Ricardo Freire dos Reis, ocorrido no dia 16 de abril do corrente ano, aos 95 anos de idade. -----

O Senhor Ricardo Freire dos Reis foi Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel, deste Concelho, tendo-se distinguido ao longo da sua vida por uma dedicação ímpar à causa pública e ao bem-estar da sua comunidade. De atividade principal ligada ao comércio, destacou-se como um homem afável, de caráter íntegro, que sempre cultivou a amizade, o respeito e o espírito de entreeajuda. -----

A sua partida constitui uma perda profunda para todos quantos com ele conviveram, deixando um legado de serviço, humanidade e dedicação que muito honra a antiga Freguesia de São Miguel e o Concelho de Penela. -----

Em sua honra e homenagem, será guardado um minuto de silêncio por esta Assembleia Municipal, como sinal de respeito e reconhecimento pelo seu contributo à comunidade penelense. -----

A Assembleia Municipal deliberou ainda comunicar o presente voto de pesar à esposa e filhos do Senhor Ricardo Freire dos Reis, como forma de expressar as nossas condolências neste momento de dor e de profunda tristeza. -----

Neste momento de luto, os nossos sentimentos mais sinceros aos seus familiares e amigos, com a certeza de que o exemplo e a memória do Senhor Ricardo Freire dos Reis perdurarão nos corações de todos. -----

Que descanse em paz. -----

Penela, 26 de abril de 2025 -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Penela -----

António Manuel Mendes Lopes” -----

O Presidente da Assembleia colocou à votação, tendo sido ambos os votos de pesar aprovados por unanimidade e de seguida foi respeitado um minuto de silêncio. -----

PRIMEIRO PONTO – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSAO ANTERIOR: Foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior, em virtude de ter sido previamente distribuída a todos os elementos, tendo sido a mesma aprovada, pela unanimidade dos membros que estiveram presentes nessa reunião, abstendo-se os deputados que não estiveram presentes na respetiva reunião, designadamente Alfredo Simões, Rosália Pedro, Manuel Mendes, Anabela Santos, Fábio Mendes e Celso Mendes. -----

SEGUNDO PONTO – INFORMAÇÕES DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à 2.ª Secretária, Maria de Fátima Antunes Coimbra Pereira, que deu a conhecer todo o expediente recebido e expedido desde a última sessão, de acordo com o disposto a alínea m) do n.º 1 do art.º 29 da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

TERCEIRO PONTO - INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: Aberto o período para intervenções, pediram a palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal: -----

O Deputado Alfredo Simões começou por cumprimentar os presentes. Disse trazer três questões, a primeira relativa à habitação. Iniciou questionando sobre a Urbanização da Camela, considerando que o incêndio foi em maio de 2023 e neste momento estão a acabar as obras de recuperação da cave. Tem conhecimento que o IHRU irá lançar concurso para obras de reabilitação de alguns apartamentos, talvez apenas no início de 2026 irão começar as obras e estarão concluídas em finais



de 2026. O IHRU tem apenas uma pessoa responsável por cerca de 600 fogos na zona norte e centro. Era importante que a Câmara fizesse pressão no IHRU, apesar da pressão que tem sido feita, ou tentar tomar posse da responsabilidade pelas obras, pois estão naquela Urbanização mais de 20 apartamento vazios, T3 e T4, que podiam alojar cerca de 80 pessoas. Colocou outra questão sobre a habitação a custos controlados, dos projetos lançados, o Bairro de S. Jorge e na Cumeeira, além dos outros ainda não lançados, estamos em maio e as obras terão de estar prontas até junho de 2026 ou dezembro de 2026, o que o leva a recear que os empreiteiros não queiram assumir a responsabilidade pela conclusão nessa data. E ainda não se lançou o concurso para o Espinhal nem para a Camela. Tem receio que o dinheiro se perca. Por fim, sobre o programa 1.º Dto. à Habitação. Sabe que Penela entregou os processos a 1 de abril de 2024, pensa que o prazo era até de dezembro de 2023. Entregou 42 processos. O 1.º Dto. à Habitação é um apoio às famílias carenciadas que vivam em situações habitacionais indignas e não tenham possibilidade de reabilitar as mesmas. Neste momento há técnicos da Câmara a ir aos locais verificar os orçamentos e as obras orçamentadas e em projeto, questiona se são as mesmas candidaturas ou novas candidaturas e o motivo de só agora irem aos locais. Pergunta ainda se essas obras serão financiadas a 100%, 50% ou 80%, porque as pessoas já gastaram dinheiro em certificados energéticos, registos de terrenos e é muito mau se depois ficarem sem nada. -----

- Falou ainda sobre o Posto de Turismo. Penela é um Concelho de portas abertas, muita gente a visitar ao fim-de-semana e durante as férias. Interroga o motivo do Posto de Turismo continuar fechado, se há previsão de abertura do mesmo ou de mudança para outro local. -----

- Para terminar, colocou questão sobre os ataques de javalis e veados. Os agricultores do concelho estão cansados de repor vedações. Deve encontrar-se solução para que tenham alguma paz na sua atividade. -----

O deputado João Paz Pires, começou por cumprimentar todos os presentes e todos os que assistem à reunião. Passou a ler um comunicado em nome da bancada do PS, que se transcreve:-----

“Como é do conhecimento público, a Sra. Presidente da União de Freguesias e membro por inerência desta Assembleia Municipal, Sra. Maria Marmé, eleita em 2021 como representante do Partido Socialista, surpreendeu a comunidade ao anunciar no passado dia 15 de março do corrente ano, a sua candidatura à presidência da União de Freguesias pelo Partido Social Democrata. Esta decisão, tomada sem qualquer consulta ou aviso prévio aos seus colegas da Assembleia Municipal, levanta sérias questões sobre ética e respeito institucional. A mudança de partido político, especialmente considerando a sua saída em rutura do PSD em 2009, demonstra uma falta de consideração para com aqueles que sempre a apoiaram, bem como para com os eleitores que confiaram no seu compromisso com o Partido Socialista. Tal atitude, não só compromete a confiança depositada pelos cidadãos, mas também mina a integridade do processo democrático. Dada a gravidade da situação é legítimo questionar a continuidade e Maria Marmé nos cargos que ocupa na junta da União de Freguesias e na Assembleia Municipal. A utilização de posições públicas para promover interesses partidários pessoais é incompatível com os princípios de imparcialidade e serviço público. Assim, seria prudente que a Sra. Presidente considerasse a sua demissão, permitindo que os cargos sejam ocupados por representantes alinhados com os valores e compromissos assumidos perante a comunidade e com o Partido Socialista.” -----

A deputada Marta Ramos cumprimentou todos os presentes e todos a assistir em casa. Disse vir questionar algumas situações e alertar sobre outras. Primeiramente, manifestou preocupação com os custos fixos mensais que as associações do concelho têm, como luz, e água, apesar da água já não ser responsabilidade da Câmara, mas pode ajudar esta gente que trabalha em prol do concelho. Por exemplo a sua associação, na fatura da água, sem consumo, paga 18 euros por mês de resíduos. Num ano são 200 euros. Nos meses em que há consumo, o custo ainda aumenta. Isto é preocupante porque as associações têm custos fixos, as associações têm de trabalhar, mas o “lucro” dos eventos que organizam vão só para as despesas fixas como água e luz. Apela ao Sr. Presidente que dê um apoio às associações, uma vez que tinham esse apoio anteriormente, que não cobria todas as despesas como é óbvio, apesar de as juntas também colaborarem conforme as possibilidades. Este executivo durante 3 anos e meio não deu esse apoio às associações. Para não falar no “apoio” do programa anterior Inverno Cultural, que esta Câmara entendeu não ser o ideal, mas era um evento



que abria as associações à cultura e numa época mais baixa abria também às pessoas do concelho. Deixa um agradecimento à Companhia da Chanca que leva a cabo novamente o projeto "Dentro da Casa, À Beira da Aldeia", que tem o apoio da Câmara e de outras entidades como Juntas de Freguesia, Ministério da Cultura e DGArtes, que deve ser apoiado e vem substituir o que já não há, mas é uma substituição parca, porque é só em algumas associações, mais nas sedes de freguesia e apenas pontualmente noutras localidades. Mas efetivamente é pouco. -----

- Questionou sobre a Casa dos Saberes e do Território, porque está fechada e sem utilização, com a tinta já a cair, embora ainda esteja em garantia. O deputado Alfredo Simões falou no posto de turismo, sugere que se abra lá o posto de turismo. Há que dar uso àquele investimento público, que é uma casa bonita, a antiga Casa da Legião, um investimento com financiamento e que continua encerrado. -----

- Deu os parabéns à Câmara pelo apoio da Câmara ao lançamento do livro de Isabel Ricardo, viu que estava a sala cheia, é um apoio à cultura, perto do Dia Mundial do Livro, dirigido aos jovens porque é nesses que se tem de alimentar a sede de leitura. Congratulou-se com a iniciativa e entende que deve ser dada continuidade com mais iniciativas do género. -----

- Deixou um lamento, pois houve sete elementos substituídos de ambas as bancadas. É um sábado à tarde, está um presidente de junta ausente, e bem, porque se está a iniciar o Mercado do Queijo e dos Romanos, um evento com tradição no concelho e que espera que tenha o apoio da Câmara, que divulga os nossos produtos e produtores, e atrai muitos visitantes. É de lamentar que a Assembleia tenha sido marcada nesta data coincidente com este evento, por isso a adesão dos elementos da Assembleia. -----

- Respondeu à comunicação do deputado João Paz Pires, dizendo que entende não haver o direito de pedir a demissão de uma presidente de junta quando foi eleita pelas pessoas que acreditaram nela. É certo que teve o apoio de um partido, mas acreditaram nela enquanto pessoa. Nas eleições autárquicas são as pessoas o mais importante. A presidente de junta tem o livre direito, e ontem foi 25 de abril, de escolher se é independente, se tem apoio de um partido ou de outro. Não quer discutir esse assunto, que deve ser pessoal e partidário. Acha que é ir longe demais. Se se sentem lesados ou minorizados no apoio que deram, se calhar também acontece a outros partidos noutras situações. A população acreditou na Maria Marmé, e se continuar a acreditar no seu trabalho, independentemente do partido que a apoia, é porque acreditam no trabalho que ela faz, que faz e vai continuar a fazer. Queremos pessoas em que a população acredita, que fazem trabalho, que se esforçam e que hoje não está aqui porque está a trabalhar em prol de todos nós. -----

O Presidente da Freguesia do Espinhal, Luís Dias cumprimentou todos os presentes e deixou duas questões ao Sr. Presidente de Câmara. Começou por apelar à isenção de taxas sobre a obra que a Junta de Freguesia está a fazer no Espinhal. Quanto menos a Junta gastar no investimento, mais barato será a venda dos lotes. O objetivo da Junta não é a rentabilidade, mas a falta de lotes no Espinhal e pretendem que os lotes sejam o mais barato possível. Lembrou também a questão da execução do estacionamento e dos passeios. Por fim, questionou se havia novidades quanto à Casa da Cultura do Espinhal. -----

A Presidente da Junta de Freguesia de Podentes, Anabela Santos, cumprimentou todos os presentes e os que assistem lá em casa. Começou por felicitar a Câmara pelas comemorações do 25 de abril, no dia anterior, e as intervenções das deputadas Marta Ramos e Isa Filipe, bem como das crianças presentes. Em segundo lugar, na passada terça-feira, o membro da Assembleia Nelson Simões, levou à Assembleia de Freguesia um assunto com quatro meses que lhe causa revolta. Trata-se de um muro que cedeu e impede a passagem para uma vinha. Disse que transmitiu ao Município o assunto logo que teve conhecimento, ao Eng. Luís Santa e ao Dr. Ricardo Pedro, e que se deslocaram todos ao local. A solução proposta foi abrir a estrada, tendo-lhe sido solicitado que identificasse os proprietários, que seriam depois notificados pela Câmara para manifestarem a sua concordância com a abertura da estrada. Na mesma semana transmitiu estas informações ao Sr. Nelson e pediu-lhe ajuda na identificação dos proprietários, o que aconteceu. Essa informação foi transmitida ao Dr. Ricardo Pedro, que lhe disse que os proprietários seriam notificados, entendendo que o assunto estaria nas mãos do Município. Passados quatro meses, o assunto não foi resolvido. O Sr. Nelson falou com o Sr. Vice-Presidente que lhe terá dito não ter conhecimento da situação. Entende que isso



é um assunto interno da Câmara. Após isto, voltou a ser contactada pelo Eng. Santa para identificar o proprietário da terra de baixo, o que fez no próprio dia. Foi depois informada pelo Sr. Nelson que o Eng. Santa foi ao local acompanhado pelo Sr. Presidente. No mesmo dia, teve conhecimento que o Sr. Presidente esteve também nas Vendas de Podentes a verificar outro assunto que desde janeiro procura solução, sobre a limpeza da ribeira. Manifestou o lamento por o Sr. Presidente ter estado na sua Freguesia, sem lhe ter dado conhecimento, a verificar dois assuntos sobre os quais tem feito pedidos desde janeiro. Por isso, não concorda com o que o Sr. Nelson disse que o executivo da junta não quis saber do problema e quer que fique registado. Solicitou ainda ao Sr. Presidente que se já avaliou o orçamento da obra e se os proprietários já foram notificados. -----

- Questionou ainda sobre a situação de um morador do Casal da Azenha, o Sr. Manuel Sabino, que lhe transmitiu que o Sr. Presidente e o Sr. Vice-Presidente já estiveram no local, relativo à necessidade colocação de uma manilha e que coloca em causa a segurança dos veículos. Vai enviar um email sobre este assunto.-----

- Terminou deixando um alerta sobre a falta de limpeza das estradas, as juntas não são informadas sobre o mapa das máquinas, pelo que não sabe onde foi limpo e tem algum receio dado que se está a aproximar o verão. Se houver disponibilidade de operadores ou de as juntas fazerem um mapa entre si, seria vantajoso. Por fim, deixou votos de sucesso para o evento da colega Maria Marmé que não está presente, um evento com o apoio do Município.-----

A Deputada Fátima Coimbra cumprimentou todos os presentes o público a assistir online, passando a ler a sua intervenção, cujo texto se transcreve.-----

“Quero manifestar o meu maior agrado e reconhecimento, como membro desta Assembleia e Espinhalse, pela intervenção e avanço nos trabalhos de requalificação na Rua da Escola no Espinhal. Uma obra tão necessária e há tanto tempo esperada naquela artéria e que irá ser uma bonita entrada para a nossa vila centenária. Para quem dizia que há muitos anos que a Câmara não pregava um prego no Espinhal, começa agora a ver que este executivo se preocupa com as necessidades e o embelezamento de todo o concelho. Aproveito para questionar o Sr. Presidente da Câmara se irá também ser colocada a sinalização vertical e horizontal na referida rua. E também as anunciadas construções para habitação a custos reduzidos, ao abrigo do PRR, como aliás o Sr. Presidente da Junta já abordou a questão, no terreno destinado na mesma rua, como está a ser ultimado este valioso projeto?-----

*Gostaria também que o Sr. Presidente esclarecesse o ponto de situação sobre o emblemático edifício da Casa do Povo do Espinhal, no que concerne à documentação e outros procedimentos para lançamento da candidatura para obras de requalificação daquele edifício, uma obra que será em parceria entre a Filarmónica do Espinhal e a Câmara Municipal de Penela. -----
Muito obrigado pela atenção.”-----*

O deputado João Paz Pires solicitou novamente a palavra para responder à deputada Marta Ramos. Disse que por princípio, quem se coloca por trás de uma bandeira tem de respeitar e cumprir as normas dessa bandeira, não se pode adorar dois deuses ao mesmo tempo, ou se está no céu ou se está na terra. O Partido Socialista é claro nos seus estatutos que quando alguém perde a confiança do partido, deve demitir-se do cargo que ocupa. Isto é claro para todos. -----

O Presidente da Assembleia, António Manuel Mendes Lopes, também em resposta à deputada Marta Ramos, sobre a data de realização da Assembleia, esclareceu que esta não tem uma data definida para a sua marcação, podendo em qualquer dia, inclusive ser realizada ao domingo. Não deve existir o princípio de não ser ao fim-de-semana. Acrescentou que o candidato do PSD à Assembleia Municipal defendeu em campanha eleitoral que as Assembleias se deveriam realizar ao sábado. Por isso estranha que a questão tenha sido levantada. Mais disse que, quanto à Feira do Queijo e dos Romanos, o convite que recebeu para a cerimónia foi para o dia seguinte, dia 27 de abril, às 10h, no Rabaçal. Informou ainda que a Presidente de Junta em falta, poderia ter sido substituída por outro elemento do Executivo da Junta nesta Assembleia. Portanto, considera um não argumento.-----

A deputada Marta Ramos solicitou resposta para dizer que, tendo em conta o número de ausências, o Sr. Presidente deveria ter ponderado com bom senso. A sua preocupação é a coincidência com um evento em que Câmara é parceira. A cerimónia oficial será no dia seguinte, mas o certame começa neste dia e muitos elementos da Junta e das associações envolvidas, estão envolvidos no evento. É de



alguma falta de consideração e respeito por essa autarquia e essas associações envolvidas. O Sr. Presidente tem o direito de marcar a Assembleia, como tem os deputados de demonstrar o seu desagrado. -----

O Presidente da Assembleia, **António Manuel Mendes Lopes**, terminou dizendo que os deputados têm toda a liberdade para demonstrar o seu desagrado, mas as listas têm um conjunto de pessoas para poderem substituir aquelas que, por alguma razão, não podem estar presentes. Portanto, esta é uma situação de normalidade. -----

Não havendo mais pedidos para intervir, o Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que prestasse as considerações e respostas respetivas. -----

O Presidente da Câmara Municipal cumprimentou o Presidente e restante Mesa, os colegas de Vereação, os Deputados Municipais e todos aqueles que acompanham a partir de casa. Sobre a intervenção do Deputado **Alfredo Simões**, esclareceu que é necessária uma memória histórica sobre a Urbanização da Camela. O incêndio ocorreu em maio de 23, o Ministério Público só concluiu em dezembro do mesmo as investigações e até lá não foi possível realizar qualquer requalificação. Foi pedida uma reunião à Procuradora do Ministério Público, por volta de dezembro de 2023, que teve a gentileza de se deslocar a Penela para reunir com o Município e o IHRU, que é o proprietário do prédio. Passado alguns dias, o MP emitiu uma comunicação a libertar o prédio e só a partir o IHRU pode avançar. Quando o concurso estava para ser lançado, o IHRU já não tinha orçamento para aquelas obras. Falou com o chefe de gabinete da Sra. Ministra e pediu que houvesse reforço da verba para realizar aquelas obras. Acompanhou todo o processo, ligou incessantemente ao chefe de gabinete da Ministra, até que a verba foi disponibilizada ao IHRU para realizar as obras. Todo este processo levou um ano. O IHRU é um instituto público que tem enormes dificuldades ao nível de recursos humanos, com muita rotatividade de trabalhadores, pelo que temos sido vítimas desse processo, o que concerne à Urbanização da Camela, ao 1º Dto. e aos processos de habitação a custos controlados. Nestes casos da habitação a custos controlados, foi realizado um projeto conjunto para os 19 municípios pelas CIM-RC, o que leva a que haja mais capacidade de pressão. O ponto focal no IHRU neste caso, lida com mais de cem milhões de euros de financiamento, pelo que há uma preocupação maior e resposta mais rápida. Acrescentou que tem acompanhado estes processos de muito perto, tem feito tudo ao seu alcance para resolver a situação. Por exemplo, reuniu ainda em janeiro deste ano aqui no Município com o vice-presidente do IHRU e uma vogal da direção, acompanhados da responsável pela reabilitação, e, entretanto, a direção foi exonerada. Tem sido um processo muito difícil de gerir. Importa, por isso, fazer dois esclarecimentos: primeiro, há um conjunto de apartamentos que estão a ser ocupados pelos mesmos inquilinos, isto é, os moradores com contrato no bloco B foram realojados no bloco A por causa do incêndio, logo há uma duplicação formal até à conclusão das obras de reabilitação, para as quais ainda corre o prazo dado pelo IHRU. Segundo foi informado, as obras foram mais extensas do que o esperado, porque além das garagens, as condutas arderam também na vertical. Disse que a breve prazo espera colocar no mercado alguns apartamentos já disponíveis. Em segundo lugar, lamenta que a tutela não tenha reforçado os meios do IHRU para dar a resposta adequada às necessidades e cumprir os pressupostos para os quais foi constituído. Quem mais sofre são os municípios, que perdem horas e dias a tratar dos assuntos, que depois ficam sem resposta. -----

- Relativamente aos edifícios de custos controlados, as obras estão quase todas adjudicadas, com exceção do edifício do Espinhal e de um edifício na Camela, o mais pequeno. O edifício de S. Jorge e da Camela estão consignados, quanto aos da Venda das Figueiras está a decorrer o prazo para submissão do Plano de Segurança. Fica satisfeito pela preocupação do receio demonstrado pela bancada do PSD quanto ao prazo de conclusão e mostra-se agradado por recentemente sentir que há um alinhamento com a concretização destes projetos, o que há algum tempo não sentia. Este é um caminho meritório para mitigar os problemas de habitação no Concelho. Acrescentou que, tal como explicou na última Assembleia, houve um concurso que ficou deserto, o lote 9 na Camela, com 5 fogos. Foi pedida revisão da obra ao projetista e logo que for aprovado pelo IHRU será novamente lançado. Quanto ao edifício Eira da Lage no Espinhal, foi aprovada a candidatura na última reunião de câmara, e espera lançar o concurso nos próximos dias. Em suma, existem 42 fogos já adjudicados, com empreiteiro, e à espera de iniciar obra. -----



- Sobre o 1º Dto. esclareceu que foi feito um trabalho com o anterior executivo, confidencial, por uma equipa multidisciplinar da área da ação social e da secção de obras e planeamento. O acordo foi assinado em maio de 2021 e até ao momento em que o atual executivo conseguiu voltar a pegar no processo, nada foi feito. O assunto esteve entregue a uma arquiteta que estava no planeamento e, entretanto, entrou de baixa, tendo depois de recorrer a uma entidade externa e a um técnico em regime de avença. As candidaturas foram submetidas dentro do prazo e foram aprovadas sem dotação financeira, tal como aconteceu em muitos outros municípios. Tendo em conta que são candidaturas de âmbito social, foram reavaliadas as condições sociais dos particulares, por isso foram solicitadas declarações de rendimentos de 2023 às pessoas, para correção das candidaturas. Como consta na informação distribuída, o município esteve onze meses à espera de uma informação técnica do IHRU, apesar de toda a pressão realizada. Para esclarecer o deputado, informou que todas as famílias beneficiárias identificadas na Estratégia Local de Habitação receberam a visita da equipa multidisciplinar do município, para além de ter disponibilizado a elaboração de projetos de arquitetura de forma graciosa nos casos em que era exigível. Infelizmente, há muitos mais municípios nas mesmas condições, alguns até que já desistiram das candidaturas efetuadas por falta de respostas do IHRU. -----
- Quanto à Casa dos Saberes e do Território, e em resposta também à deputada **Marta Ramos**, a informação que tem dos serviços é que a obra ainda não foi rececionada, portanto ainda não está sequer em prazo de garantia. Só será rececionada quando estiver concluída e em condições. O objetivo é que seja disponibilizada uma sala para o Posto de Turismo, integrada numa experiência mais abrangente sobre o território. -----
- Em resposta à questão dos animais selvagens, disse estar a trabalhar com a Associação de Desenvolvimento da Serra da Lousã, em cooperação com o ICNF, que está a realizar um estudo sobre o número de animais existentes para controlo da densidade cinegética. Além disso, está a ser preparado um apoio aos agricultores para vedarem as suas propriedades, com uma percentagem do custo das cercas. -----
- Relativamente à intervenção da deputada **Marta Ramos**, informou que a Câmara tem atribuído apoios às associações superiores a meio milhão de euros por ano, com apoios ao funcionamento e também aos eventos que realizam ao longo do ano. Sugeriu abordar a APIN sobre a questão dos custos da fatura da água para verificar se existe algum erro. Concorda com a questão dos resíduos, é um assunto que tem sido reclamado pelos municípios e até pela CIM junto da ERSAR, que é um valor injusto. -----
- Associou-se aos parabéns à atividade cultural, tanto à Companhia da Chanca como à escritora Isabel Ricardo, agradecendo e reforçando as palavras da deputada. -----
- Desejou os maiores sucessos ao Mercado do Queijo e dos Romanos, evento co-organizado pelo Município, onde tem um papel importante a nível logístico e orçamental, pelo que é parte interessada que o evento tenha o maior sucesso e promova o território e o queijo DOP Rabaçal. -----
- Relativamente à intervenção do deputado e Presidente da Junta do Espinhal, Luís Dias, esclareceu que a Junta submeteu um pedido de isenção de taxas relativo ao loteamento do Espinhal. Esse pedido foi avaliado pelos serviços e o parecer técnico foi negativo, uma vez que aquela obra pertence à esfera privada da Junta de Freguesia. Por essa razão, não pode ter isenção de taxas. -----
- Sobre a Casa da Cultura do Espinhal, informou que está a ser ultimado o projeto por parte da Câmara e falta por parte da Sociedade Filarmónica do Espinhal, um contrato de comodato que permita a realização de obras pelo Município, tal como o registo prévio do prédio na Conservatória Predial. Depois disso, terá de ser autorizado por Assembleia Geral da Filarmónica do Espinhal a assinatura desse contrato de comodato. -----
- Respondendo à questão da deputada e Presidente da Junta de Podentes, **Anabela Santos**, lembrou que tinha ficado acordado em reunião estudar a possibilidade de alargar aquele caminho. Entretanto deu-se a derrocada do muro que impediu a passagem e foi só recentemente informado pelo Chefe de Divisão desse facto. Lamentou que a Junta não tenha informado mais cedo o executivo e reconheceu que houve também uma falha quando foi ao local, numa visita alargada a outras situações, e não contactou a Presidente de Junta. Há diversas situações de desmoronamento de muros em face dos



temporais, pelo que está a ser feito um levantamento pelos serviços, eventualmente para se tentar um financiamento junto da tutela para essas obras.-----

- Agradeceu à deputada Fátima Coimbra a sua intervenção e associa-se à sua satisfação com a obra que irá dar a dignidade que merece à principal entrada do Espinhal, esclarecendo que está previsto na obra a realização de sinalização vertical e horizontal, e até passadeiras.-----

- Sobre o edifício Eira da Lage informou que serão construídos três blocos, enquadrado com a volumetria existente na área, tendo apresentado imagens do projeto aos deputados. Espera que estes 25 novos fogos tragam uma nova vida à zona histórica da vila do Espinhal.-----

O deputado Alfredo Simões suscitou ainda esclarecimentos ao Sr. Presidente da Câmara, sobre os apoios às associações culturais, dizendo que o executivo anterior dava apoios fixos às coletividades para as despesas correntes. Esses apoios acabaram o que tem levado a que várias associações tenham encerrado e desligado contadores da água e da luz.-----

O Presidente da Câmara Municipal respondeu esclarecendo que desconhece qualquer deliberação que existisse nesse sentido, mas que certamente não foi revogada nenhuma deliberação de apoio às associações. Reforçou que tem deferido todos os pedidos de apoio que têm sido feitos pelas associações, dentro do razoável, tendo já apoiado em mais de 500 mil euros essas coletividades. Manifestou total disponibilidade para continuar a apoiar as associações do concelho, realçando que tem sido feito um trabalho pela Câmara Municipal de verificar a situação de legalidade dessas associações, com pedido de atualização de todos os dados e documentação -----

Da convocatória para esta sessão constava a ordem de trabalhos que abaixo se discrimina: -----

Ordem de Trabalhos:-----

1. Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal, sobre a atividade do Município e sobre a situação financeira.-----

2. Documentos de Prestação de Contas referentes ao ano de 2024.-----

3. Revisão ao Orçamento 2025 – 2.ª Revisão-----

4. Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios de Caráter Eventual.-----

PRIMEIRO PONTO – INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA, RELATIVA À INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO E SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA: O Presidente da

Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para explicar a atividade do Município e situação financeira, em harmonia ao preceituado na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pedindo-lhe que abreviasse a informação, dado ter sido a mesma enviada a todos os membros, conforme anexo 1.-----

O Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção, cujo resumo se transcreve.-----

Senhoras e senhores deputados, da vasta atividade do município nos últimos três meses, que medeia a última sessão ao dia de hoje e que vos foi distribuída, destaco os seguintes pontos.-----

Projetos em execução:-----

Alteração ao projeto de retificação da MD 557 – Boiça – EN 110 e refuncionalização do edifício da Casa da Cultura do Espinhal – Penela.-----

Obras a concurso:-----

Requalificação do Centro de Saúde de Penela, no âmbito do PRR, em que já há empreiteiro e será consignada a obra nos próximos dias.-----

Construção de edifício para habitação a custos acessíveis na Urbanização Vila Fernandes, lotes 9 e 10, na Cumeeira, no âmbito do PRR, que também já tem empreiteiro e estamos na fase de aprovação do Plano de Saúde e Segurança.-----

Construção de edifícios para habitação a custos acessíveis na Urbanização Eira da Lage, no Espinhal, no âmbito do PRR, que vai agora para concurso público.-----

Estamos para lançar procedimento para pavimentações em vários lugares no ano de 2025.-----



Obras em execução por empreitada: Casa dos Saberes e do Território; Programa de Mobilidade Urbana Multimodal – Vila de Penela (Requalificação da Praça do Município incluindo o Parque de Estacionamento); Programa de Mobilidade Urbana Multimodal – Penela + Acessível; Construção do Miradouro da Boavista – Penela; Melhoria das acessibilidades em cinco imóveis do Município de Penela no âmbito do PRR – PIEP; Construção de edifício para habitação a custos acessíveis no Bairro de São Jorge, em Penela no âmbito do PRR; Pavimentação e remodelação das redes de drenagem de águas residuais e pluviais da Rua da Escola – Espinhal; Construção de edifício para habitação a custos acessíveis na Urbanização da Camela - lote 12, em Penela, no âmbito do PRR. -----

Continuam a decorrer as obras de requalificação no Bloco A e Bloco B na Urbanização da Camela, propriedade do IHRU, I.P., estando em fase de elaboração um Aviso para concurso de arrendamento de habitações ao abrigo do Programa de Apoio ao Arrendamento. -----

Plano de Ação Local de Territórios Inteligentes do Município de Penela - Está a ser preparada a elaboração do Plano de Ação Local de Territórios Inteligentes do Município de Penela, no âmbito da Estratégia Nacional de Territórios Inteligentes. Este plano tem como finalidade orientar a implementação de iniciativas inteligentes que atendam às prioridades e necessidades específicas do Município. -----

Plano de Ação para a Estratégia de Resíduos Urbanos - Encontra-se assim em fase de elaboração o plano de ação para a estratégia de resíduos urbanos do Município de Penela para as fileiras de resíduos urbanos que gere, nomeadamente: monstros, resíduos verdes, madeiras, resíduos de demolição e construção; resíduos elétricos e eletrónicos, pilhas, têxteis e a recolha seletiva porta a porta de papel; plástico e vidro. -----

Implementação do sistema de gestão da qualidade ISO 9001:2015 - O processo encontra-se em fase final de reestruturação com vista à realização de auditoria externa para certificação no final do mês de junho. -----

Proteção Civil e Florestas. Foram dadas respostas às diversas ocorrências causadas pela depressão Martinho e depressão Núria. O Serviço Municipal de Proteção Civil e Florestas esteve empenhado na resposta às ocorrências resultantes das depressões Martinho e Núria, atuando prontamente na mitigação de impactos no território. Está a ser ultimado relatório dos danos causados pelas intempéries, dos quais se destacam os seguintes danos: muro de suporte à estrada no Coidel, muro de suporte à estrada na estrada de Vale de Arinto, muro de suporte à estrada nos Carvalhais de Santo Amaro, muro da capela do Convento de Santo António, danos em diversos edifícios municipais dos quais de destaca os Paços do Concelho, danos no campo de S. Jorge, entre outro. Estimam-se desde já custos superiores a meio milhão de euros de prejuízo. -----

Cultura, Turismo, Educação, Desporto e Ação Social. Destacar a IIª Quinzena Gastronómica da Chanfana. Com o objetivo de dinamizar a economia local e reforçar a identidade gastronómica do território, o Município de Penela, em parceria com o setor da Restauração, promoveu mais uma edição da Quinzena Gastronómica da Chanfana, uma iniciativa inserida na estratégia de valorização turística e cultural da região, que decorreu de 07 a 23 de março. -----

À iniciativa aderiram sete restaurantes do concelho, nomeadamente o “Gustatio”, “O Bonito”, “O Pastor”, o “Santo Amaro”, o “Varandas do Castelo”, o “Quinta da Cerca – Churrasqueira” e o “Xisto” e, no habitual sorteio gastronómico, totalizaram-se cerca de 400 participações. -----

Bolsa de Turismo de Lisboa. A Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM RC) foi uma vez mais convidada a integrar a Bolsa de Turismo de Lisboa, que decorreu no recinto da Feira Internacional de Lisboa (FIL), entre os dias 12 e 16 de março, uma oportunidade de ouro para os Municípios mostrarem o seu potencial turístico e cultural. A CIM RC marcou presença com um stand próprio, onde promoveu de forma integrada os 19 municípios da região, incluindo o de Penela. O



stand apresentou projetos inovadores, ações de promoção, degustação de produtos regionais e a diversidade da oferta turística da região. Um dos destaques foi o lançamento de um guia inédito sobre turismo inusitado, com “114 Locais Únicos da Região de Coimbra” e a apresentação do primeiro filme de turismo português totalmente produzido com inteligência artificial. O Município de Penela também teve uma participação notável, reafirmando a sua aposta na inovação, na valorização do património e na promoção do território. O Município apresentou o seu novo vídeo promocional, demonstrando o seu potencial turístico a um público diversificado de profissionais do setor e parceiros intermunicipais, bem como investidores e visitantes. A convite do Município, a Geonatur, uma empresa de animação turística sediada no concelho que conta já com vários anos de experiência ao nível do turismo de aventura e de descoberta, fez também a apresentação do Projeto Explore ID. Esta plataforma assume-se como uma ferramenta digital abrangente que visa organizar, promover e valorizar a oferta turística do território, facilitando a vida dos turistas e impulsionando a economia local de forma sustentável, através da agregação de informação e de um sistema de incentivos, como por exemplo a Moeda ID, que confere descontos em rede entre os *hosters*, quer sejam restaurantes, alojamentos ou outras empresas de animação. Em resumo, a participação da CIM RC e do Município de Penela na BTL 2025 foi bem-sucedida, consolidando a Região de Coimbra e o Município de Penela como destinos turísticos de excelência, inovadores e diversificados.-----

Abril: Mês da Prevenção dos Maus-Tratos na Infância. A campanha Laço Azul, promovida anualmente em abril, é uma iniciativa de conscientização sobre a prevenção dos maus-tratos na infância. O laço azul, que neste mês assume destaque em muitos edifícios e vias de acesso principais, tornou-se o símbolo internacional desta causa que promove a sensibilização da sociedade para a realidade dos maus-tratos infantis e as suas diversas formas, para a importância da prevenção destes abusos, mas também para necessidade de apoio e proteção às vítimas.-----

Paulo Azevedo em Palestra Motivacional. Nas duas palestras motivacionais que trouxe a Penela, a primeira no dia 10 de abril, vocacionada para o público do 2º e 3º ciclos do Agrupamento de Escolas de Penela, e a segunda no dia seguinte, para o público em geral, Paulo Azevedo falou do seu percurso, desde o nascimento até aos dias de hoje, não deixando de parte a infância e juventude, o seu percurso escolar, a passagem pela televisão e até a colaboração com José Mourinho no Real Madrid, onde colaborou no sentido de desenvolver a motivação e a confiança da equipa. As suas palestras emocionaram o público que, entre lágrimas e gargalhadas levou consigo uma mensagem poderosa: “Não confundam o difícil com o impossível”. Foi um momento marcante e um privilégio poder assistir a estas palestras.-----

Plano de Saúde Municipal “Penela + Saudável”. Desde o passado dia 16 de abril que está disponível para toda a população residente no concelho de Penela, o Plano de Saúde Municipal “Penela + Saudável” que fornece descontos no acesso a serviços complementares ao Serviço Nacional de Saúde (SNS). A medida, que permite aceder a um conjunto de valências médicas e de bem-estar, como clínica geral, especialidades, medicina dentária, enfermagem ao domicílio, aconselhamento médico telefónico gratuito, hospitais privados, laboratórios, farmácias ou óticas, está já disponível mediante registo. A adesão ao Plano de Saúde Municipal “Penela + Saudável” é gratuita e pode ser feita pela página oficial da autarquia, utilizando informações como e-mail, telefone e número de contribuinte, este último para permitir validar, com a base de dados de municípios, que o utente vive no concelho. Para os utilizadores com menos literacia digital, os colaboradores e equipas sociais municipais estão a ser alvo de capacitação para o esclarecimento de dúvidas. A título de exemplo, para consultas de clínica geral, os municípios vão despende 25 euros, enquanto para consulta médica ao domicílio, atividade disponível 24 horas por dia, o valor é de 15 euros. No acesso à rede de óticas



convencionadas, é aplicado um desconto de até 35%, já em consultas de especialidades os utentes vão suportar um custo de 35 euros.-----

Fundos Comunitários. Das 48 candidaturas em execução, o Município de Penela, a nível de realização, apresenta 7.602.887,80€ de investimento elegível (33,26% face ao aprovado) e uma comparticipação recebida de 9.611.920,22€ (41,85% face ao aprovado).-----

SEGUNDO PONTO – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTES AO ANO DE 2024: Pelo Presidente da Assembleia Municipal foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara, pedindo-lhe que fizesse a apresentação do ponto em epígrafe.-----

No uso da palavra o Presidente da Câmara proferiu alguns comentários sobre os documentos apresentados e previamente enviados. -----

Destacou que a previsão inicial do Orçamento era de 13.236.800,00€, a previsão corrigida era de 13.908.383,70€ e a Receita Cobrada Líquida foi de 12.626.224,09€. Em conclusão, a taxa de execução do orçamento da receita foi de 90,78% e assim foi cumprido o objetivo de uma taxa de execução mínima de 85% da receita, conforme definido no n.º 3 do art.º 56º da Lei 73/2013 de 3 de setembro.-----

Comparativamente com o ano de 2023 verifica-se um acréscimo da receita cobrada líquida no valor de 2.162.765,77€ e ainda comparativamente com o ano de 2023 verifica-se um acréscimo da receita própria no valor de 388.714,77€.-----

Quanto ao Orçamento da Despesa, a Dotação inicial do Orçamento era de 13.236.800,00€, a previsão corrigida passou a 13.908.383,70€ e a despesa paga foi de 9.408.579,31€. Em conclusão, a taxa de execução do orçamento da Despesa foi de 67,65%.-----

Em 2024 tivemos uma poupança corrente de 818.447,22€ e o saldo orçamental ou saldo transferido para a gerência seguinte foi de 3.217.644,78€. Relativo ao equilíbrio orçamental, foi de 499.734,74€, e onde foi cumprido o estabelecido no artigo 40º da Lei 73/2013 de 3 de setembro.-----

Relativamente às Grandes Opções do Plano, a taxa de execução das GOP foi de 52,93%. No Plano Plurianual de Investimentos, a taxa de execução do PPI foi de 30,56%. Já nas Atividades Mais Relevantes, a taxa de execução foi de 76,99%.-----

Relativamente à Análise Económica e Financeira, o Total do Ativo do Município é de 36.357.955,64€, o Total do Passivo é de 10.744.325,09€ e o Total do Património Líquido é de 25.613.630,55€.-----

O Município procedeu no ano de 2024 ao registo dos bens provenientes da concessão da E-Redes com base no mapa disponibilizado por aquela entidade, razão pela qual existe um acréscimo de 3.953.779,00€ na rubrica de diferimentos do Passivo e reconheceu uma provisão referente à ação administrativa que a APIN – Empresa Intermunicipal Ambiente Pinhal Interior, EIM SA, colocou contra o Município de Penela no montante de 768.803,28€, referente a valores de obras realizadas e faturadas naquele montante.-----

O Município encerra as suas contas referentes ao ano económico de 2024, com um Resultado Líquido do Exercício negativo no valor de 1.594.538,66€, motivado fundamentalmente pelo elevado custo com as amortizações do exercício no montante de 2.846.681,93€ verificando-se um aumento de 879.116,56€ comparativamente ao ano anterior, pelo registo das provisões no montante de 768.803,28€, pelo aumento dos FSE no montante de 917.382,91€ e pelo aumento dos gastos com pessoal no montante de 394.640,69€.-----

Na Demonstração de Resultados, o Total Gastos é de 11.332.433,22€ e o Total de Rendimentos de 9.737.894,56€.-----

Na Contabilidade de Gestão, em Custos por função: Funções Gerais: 857.546,18€; Funções Sociais: 6.154.499,31€; Funções Económicas: 2.805.352,03€; Outras funções: 472.144,81€.-----

Relativo ao Endividamento Municipal, o Município tem um limite da dívida total de 9.847.348,84€, uma dívida total excluindo Operações Não Orçamentais, FAM, Subsídios Reembolsáveis e



Empréstimos excecionados de 1.008.728,51€, uma margem para o limite legal da dívida total de 8.838.620,33€, e uma margem utilizável da dívida 3.535.448,13€, ou seja 40% da dívida total.-----

O Prazo Médio de Pagamentos em 2021 era de 52 dias, em 2022 era de 33 dias, em 2023 era de 30 dias e em 2024 foi de 15 dias.-----

As contas do Município de Penela foram auditadas pela empresa Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados – Sociedade Revisora Oficial de Contas e obtiveram a certificação legal de contas sem reservas.-----

O Município de Penela cumpre, em 31 de dezembro de 2024, o limite da dívida total previsto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, pelo que a Câmara Municipal propõe que a Assembleia Municipal delibere a continuidade da suspensão da aplicação do plano de ajustamento financeiro e das suas obrigações, nos termos do n.º 6 do art.º 6º da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto.-----

De acordo com as Demonstrações financeiras do ano 2024, o resultado líquido do exercício ascendeu a 1.594.538,66€ negativos, que se pode verificar tanto na Demonstração dos Resultados como no Balanço. A aplicação do resultado líquido do exercício é aprovada pelo órgão deliberativo mediante proposta do órgão executivo. Nestes termos, propõe-se que o montante do Resultado Líquido do Exercício no valor negativo de 1.594.538,66€ seja transitado para a conta 56 – “Resultados Transitados”.-----

Após esta apresentação breve do ponto, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal colocado o assunto à discussão.-----

Usou da palavra o deputado Alfredo Simões que começou por antecipar o voto de abstenção da bancada do PSD e passou a manifestar algumas preocupações ao Presidente da Câmara. A primeira tem a ver com o aumento de recursos humanos, alguns advêm dos protocolos com a saúde e com a educação. Em 2021 a Câmara tinha 104 funcionários, em 2024 tinha 147 e em 2025 haverá mais. Houve um aumento de custos com pessoal de 430 mil euros de 2023 para 2024. Espera que estes valores estejam suportados por protocolo e que estes sejam continuados, para que depois não passe a ser mais um custo para a Câmara. Também o preocupa a execução do PPI 2024 de 30%, significa que não se gastou dinheiro, há dinheiro e por isso pode-se pagar a 15 dias.-----

O Presidente da Câmara respondeu ao deputado Alfredo Simões, justificando que o aumento de custos de pessoal decorre de três circunstâncias. A primeira razão é a transferência de competências na educação e na saúde, o que provocou um aumento de trabalhadores na ordem dos 30%, o que naturalmente implicou um aumento nos custos de salário a afetar aos recursos humanos. Para além disso, desde 2021 os salários aumentaram significativamente, os custos com os salários têm vindo a aumentar, não só o salário mínimo. Também pela primeira vez em muitos anos, foi implementado um sistema de SIADAP perfeitamente transparente, o que implicou um impacto nos custos salariais. Todos os funcionários tiveram acesso aos objetivos, todos tiveram acesso às notas, as notas estavam escritas a computador e os funcionários tiveram direito a ficar com acesso ao documento. Por isso deixou a nota de satisfação aos serviços do município pela transparência e qualidade como o SIADAP foi feito nos últimos 3 anos.-----

Relativamente às preocupações com a transferência de competências, os autos referem as obrigações da tutela com os trabalhadores transferidos, portanto houve também um aumento das receitas. Deu também nota que por via do CLDS-5G e do Radar Social foi aumentado o número de funcionários, mas os 3 funcionários do Radar são pagos a 100% pelo PRR e no caso do CLDS também há receita associada. Entende que não é motivo de preocupação, porque a despesa está controlada.-----

Sobre a taxa de execução do PPI, referiu que terá a ver com a orçamentação de obras cujo cronograma financeiro passou para o ano seguinte. As obras estão a sofrer atrasos por falta de recursos humanos por parte dos empreiteiros.-----



O deputado João Paz Pires disse entender que o momento de prestação de contas é um momento importante, pois é o momento em que o executivo presta contas à Assembleia Municipal e à população, por isso não quer deixar de assinalar que foi colocada à disposição dos membros da Assembleia uma abundante documentação que permite analisar a forma como todos os meios foram utilizados, respeitante ao orçamento do ano passado. Passou a ler uma declaração que se transcreve:

“O Município manteve a sua estrutura orgânica com foco na eficiência administrativa e gestão de recursos. A Câmara Municipal funcionou como órgão executivo, com a Assembleia Municipal como instância deliberativa. A estrutura técnica e de recursos humanos foram otimizados com programas de formação contínua e reforço da modernização administrativa. -----

Na gestão financeira, a receita total registou um desempenho positivo, com destaque para a receita própria que superou as previsões iniciais, com o contributo importante do IMI, taxas e licenças municipais. As transferências do Estado e outros organismos representam uma fonte de financiamento significativa. O endividamento bancário foi utilizado de forma controlada para apoio a projetos estruturais. Na despesa municipal, as despesas dividiram-se entre despesa corrente, que inclui salários e despesas com fornecimentos e manutenção, e despesa de capital direcionada a obras públicas, reabilitação urbana e renovação de equipamentos. A taxa de execução orçamental foi satisfatória, demonstrando boa capacidade de gestão e execução de fundos disponíveis. O resultado orçamental foi equilibrado, com controlo de défice e cumprimento de metas legais. -----

Os principais indicadores demonstram sustentabilidade financeira. Uma boa execução nas GOP, cumprindo os compromissos assumidos no ano anterior. A execução das GOP centrou-se em cinco grandes eixos: coesão social - aposta no apoio social, habitação e educação; sustentabilidade e ambiente – projetos de eficiência energética, espaços verdes e saneamento; economia local e turismo – incentivos ao comércio local e promoção turística; cultura e património – reabilitação de equipamentos culturais e apoio a iniciativas culturais; infraestruturas e mobilidade – obras de melhoria na rede viária, transportes públicos e espaços públicos. A execução foi considerada positiva, com boa articulação entre planeamento e realização. -----

Nos recursos humanos e modernização administrativa, o Município investiu na valorização dos colaboradores através de planos de formação contínua, processos de recrutamento seletivo e iniciativas de digitalização e simplificação administrativas. -----

Em conclusão, o ano de 2024 refletiu um equilíbrio entre rigor financeiro e execução de políticas públicas, com especial foco na qualidade de vida dos munícipes. O Município demonstrou capacidade de resposta às necessidades locais e reforçou o seu plano estratégico no desenvolvimento territorial.”-----

Terminou dizendo que após 12 anos na Assembleia Municipal, este foi talvez o primeiro orçamento em que a previsão inicial, mesmo antes da correção, encaixou na execução durante o ano, nomeadamente a execução da receita que cumpre o que a lei obriga. -----

Colocado o assunto a votação, a Assembleia Municipal ao abrigo e para os efeitos da alínea l) do n.º 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 76.º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro, ambos na sua atual redação, deliberou, com nove votos a favor, e sete abstenções dos deputados Alfredo Simões, Pedro Mendes, Marta Ramos, Manuel Mendes, Rosália Pedro e dos Presidentes das Juntas de Freguesia do Espinhal, Luís Dias e de Podentes, Anabela Santos, aprovar os documentos de prestação de contas referentes ao ano de 2024. -----

TERCEIRO PONTO – REVISÃO AO ORÇAMENTO 2025 – 2.ª REVISÃO: Foi solicitada a intervenção do Presidente da Câmara para proceder à apresentação do ponto em epígrafe, vertido no anexo 2 a esta ata. O mesmo explicou, sucintamente, os motivos e as necessidades que justificaram a realização da revisão aos documentos previsionais. -----



Após a intervenção do Presidente da Câmara Municipal foi concedida a palavra aos deputados, não havendo intervenções a registar.-----

Colocado o assunto a votação, a Assembleia Municipal, em conformidade com a competência prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da mesma Lei, na sua atual redação, deliberou, com nove votos a favor, e sete abstenções dos deputados Alfredo Simões, Pedro Mendes, Marta Ramos, Manuel Mendes, Rosália Pedro e dos Presidentes das Juntas de Freguesia do Espinhal, Luís Dias e de Podentes, Anabela Santos, aprovar a segunda revisão aos documentos previsionais. ----

QUARTO PONTO - REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS DE CARÁTER EVENTUAL: Foi presente a proposta, apresentada pela Câmara Municipal, relativa ao ponto mencionado em epígrafe, cujo documento ficará apenso à presente ata para dela fazer parte integrante, como anexo 3. -----

O Presidente da Assembleia Municipal solicitou ao Presidente da Câmara Municipal que fizesse uma breve apresentação da mesma. -----

De seguida colocou o assunto à discussão dos deputados municipais. -----

A deputada **Marta Ramos** congratulou-se com este Regulamento, pois apoia famílias e indivíduos em situação desfavorecida. Deixou um apontamento para todos estarem atentos, sobre a não previsão de um critério para atribuição do montante do apoio. A instrução e análise do processo é da Secção de Ação Social e Igualdade do Município, mas a decisão final será competência do Sr. Presidente ou Vereador com competências delegadas. Entende que fica muito à discricionariedade de quem decide. Pelo menos não encontrou no regulamento esse critério de atribuição do montante concreto, além do escalonamento previsto. Sugere a apresentação de um relatório daqui a um ano, salvaguardando a proteção de dados, dos apoios atribuídos, para verificação pela Assembleia.-----

O Presidente da Câmara respondeu, referindo que este executivo tem vindo a empoderar os técnicos. Entende que o executivo deve decidir com base em pareceres e critérios técnicos, portanto não se coloca essa questão de discricionariedade. De seguida passou a palavra à **Vereadora Edite Simões** que, depois de cumprimentar todos os presentes, esclareceu que o Município tinha um regulamento “Penela Solidária - Ajuda de Emergência” que já funcionava da mesma forma, a instrução dos processos será feita pelo gabinete de ação social da Câmara Municipal, sendo depois a sua aprovação efetuada pelo núcleo executivo do Conselho Local Ação Social de Penela, todo o escrutínio é feito em sede de reunião deste órgão. -----

Não havendo mais intervenções, foi o assunto colocado a votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar o Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios de Caráter Eventual. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: Concluída a Ordem de Trabalhos e em cumprimento do estabelecido no Regimento da Assembleia Municipal, o Presidente da Assembleia, deu início ao período de intervenção dos Municípes, não se tendo verificado qualquer inscrição. -----

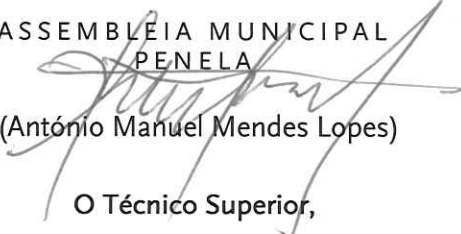
ENCERRAMENTO: Cumpridas as formalidades, o Presidente da Assembleia Municipal deu, de seguida, por terminada a sessão, encerrando os trabalhos quando eram dezoito horas e vinte minutos, depois de aprovada, por unanimidade, a presente ata em minuta, que vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal e por mim, **Tierri Filipe Fontes Lopes**, que a redigi.-----

O Presidente da Assembleia,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
PENELA




(António Manuel Mendes Lopes)

O Técnico Superior,



(Tierri Filipe Fontes Lopes)